

A antecipação da tutela específica em face da Fazenda Pública no Brasil

Luciano Luiz Bandeira de Melo¹, lucianobandeira.edv@gmail.com

1. Mestre em Políticas Públicas e Processo pela Faculdade de Direito de Campos (FDC), Campos dos Goytacases, RJ; procurador jurídico do município de Muriaé; professor na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG, e da Faculdade de Direito de Carangola, MG.

RESUMO: Dentre as várias modificações introduzidas no ordenamento processual, destaca-se a criada pela Lei n. 8.952/94, que alterou a redação do art. 461 do Código de Processo Civil, consubstanciando o instituto da antecipação de tutela, que possibilitou ao juiz, antes da prolação da sentença, adiantar ao autor da ação, total ou parcialmente, ainda em cognição sumária, os efeitos da prestação jurisdicional final. Indubitavelmente, a alteração do art. 461 (obrigações específicas) trazidas com a reforma do Código de Processo Civil foi significativa no sentido da busca da efetividade do processo, notadamente em relação ao fator tempo, que condicionava o réu, desde o início, posição mais favorável no processo. Contudo, quando falamos da aplicabilidade desses modernos institutos em relação à efetividade do processo em face da Fazenda Pública, parece que vivenciamos uma verdadeira “contra-reforma”.

Palavras-chave: antecipação de tutela específica, Fazenda Pública.

RESUMEN: La anticipación de una protección específica frente a la Hacienda de Brasil. Entre las diversas enmiendas a la ley procesal, se destaca la Ley creado n. 8.952/94, que modificó la redacción del art. 461 del Código de Procedimiento Civil, la consolidación del instituto de la medida cautelar, lo que permitió que el juez, antes de la entrega de la sentencia, el demandante avanzar, en todo o en parte, todavía en la cognición definitiva, los efectos de la adjudicación definitiva. Sin lugar a dudas, la modificación del art. 461 (requisitos específicos) trajo la reforma del Código de Procedimiento Civil fue significativa en el sentido de la búsqueda de la efectividad del proceso, en especial con respecto al factor tiempo, lo que condicionó el demandado desde el principio, una posición más favorable en el proceso. Sin embargo, cuando hablamos acerca de la aplicabilidad de estos institutos moderno en cuanto a la eficacia del proceso ante el ministerio de Hacienda, parece que experimentamos una verdadera “contrarreforma”.

Palabras llave: anticipación de protección específica, Ministerio de Hacienda.

ABSTRACT: The anticipation of specific protection in face of the Exchequer in Brazil. Among the various amendments to the procedural law, stands out the created Law n. 8.952/94, which amended the wording of art. 461 of the Code of Civil Procedure, consolidating the institute of preliminary injunction, which allowed the judge, before the delivery of the judgment, advance the plaintiff, wholly or partly, still in summary cognition, the effects of the final adjudication. Undoubtedly, the amendment of art. 461 (specific requirements) brought the reform of the Code of Civil Procedure was significant in the sense of the search of the process effectiveness, especially with respect to the time factor, which conditioned the defendant from the outset, a more favorable position in the process.

However, when we talk about the applicability of these modern institutes regarding the effectiveness of the process in face of the Exchequer, it seems we experience a true “counter-reform”.

Keywords: anticipation of specific protection, Exchequer.

O Direito Processual Civil, como disciplina jurídica, baseou-se, inicialmente, em um sistema próprio de conceitos e princípios para a formação de uma estrutura doutrinária sólida. O Estudo realizado por renomados juristas permitiu que a ciência processual consolidasse de forma definitiva sua autonomia didática, aprimorando-se, significativamente, através de grandiosos debates doutrinários travados em torno de relevantes questões como a da natureza jurídica da ação, a do objeto do processo, a da coisa julgada entre outras tantas, que muito contribuíram para a evolução da disciplina. No entanto, a demasiada preocupação doutrinária em se formar bases conceituais sólidas na ciência processual veio a ocasionar um distanciamento da realidade material, oportunidade em que se verificou que a enorme gama de conceitos teóricos relegou a um segundo plano a função primordial do processo de ser um instrumento capaz de promover a efetiva realização do direito material (MOREIRA, 1988, p. 199-209).

A doutrina processual, embora teoricamente consolidada, viu-se diante da difícil missão de dar aplicabilidade prática aos conceitos desenvolvidos no sentido da instrumentalidade do processo. Verificou-se que toda a evolução científica, embora de contribuição ímpar, não foi capaz de impedir a insatisfação com o rendimento da atividade jurisdicional. Assim, passou-se a reconhecer, de forma mais evidente, a função instrumental do processo e a necessidade de fazê-lo desempenhar de maneira mais efetiva sua função, identificando-o, cada vez mais, como um instrumento a serviço do direito material.

Dentre as várias modificações introduzidas no ordenamento processual, destaca-se a criada pela Lei n. 8.952/94, que alterou a redação do art. 461 do Código de Processo Civil, consubstanciando o instituto da antecipação de tutela, que possibilitou ao juiz, antes da prolação da sentença, adiantar ao autor da ação, total ou parcialmente, ainda em cognição sumária, os efeitos da prestação jurisdicional final. Indubitavelmente, a alteração do art. 461 (obrigações específicas) trazidas com a reforma do Código de Processo Civil foi significativa no sentido da busca da efetividade do processo, notadamente em relação ao fator tempo, que condicionava o réu, desde o início, posição mais favorável no

processo. Contudo, quando falamos da aplicabilidade desses modernos institutos em relação à efetividade do processo em face da Fazenda Pública, parece que vivenciamos uma verdadeira “contra-reforma” (VIANA, 2003, p. 9).

Acerca da tutela específica, estatuída no art. 461 do CPC, estabeleceu-se, doutrinariamente, a primazia de associá-la às obrigações de fazer, de não fazer e às entregas de coisas. A doutrina incumbiu-se de fazer a distinção entre execução específica, que se destina às obrigações para entrega de coisas, de obrigação de fazer e não fazer, e a execução genérica, que corresponde às obrigações por quantia certa.

Essa divisão funda-se no fato de que, na execução por quantia, o bem perseguido é essencialmente fungível e os meios executivos atuarão, com generalidade, sobre qualquer bem sujeito à responsabilidade patrimonial, enquanto a tutela executiva, nas obrigações de fazer e entrega de coisas, é obtida através de meios executivos que recaem especificamente sobre o bem desejado pelo credor.

Diz Ada Peregrini Grinover que a tutela específica é “um conjunto de remédios e providências que visam dar especificamente aquilo que a parte tem direito” (GRINOVER, 1995). Para José Carlos Barbosa Moreira, a tutela específica é o conjunto de providências que visam proporcionar “o preciso resultado prático atingível por meio do adimplemento, isto é, a não violação do direito ou do interesse tutelado” (MOREIRA, 1988, p. 31).

Juvêncio Vasconcelos Viana coloca que sempre houve dificuldades práticas e teóricas para alcançar a tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer, lembrando o preceito da intangibilidade da vontade humana, onde seria impossível tomar as mãos e os pés do devedor para constrangê-lo a fazer o que lhe fora determinado ou a desfazer o que não devia ter feito (VIANA, 2003, p. 248). Era a idéia da vontade do homem, de não violação de sua dignidade humana, como limite intransponível para o cumprimento da obrigação de fazer e não fazer, atualmente não mais prevalecendo de forma absoluta.

Aponta o autor a infungibilidade como outra dificuldade que se manifesta em face da tutela das obrigações de fazer e de não fazer, em qualquer de suas modalidades: jurídica e natural. Diz que a primeira não é absolutamente intransponível, valendo-se do exemplo citado por Leonardo Greco da obrigação de não poluir que pode significar instalar novos equipamentos, proceder ao treinamento de pessoal, utilizar novas matérias primas e novos processos produtivos (GRECO, 2005, p. 167), mas, a segunda, a infungibilidade natural, por tornar a obrigação personalíssima, é de complicadíssima transposição (VIANA, 2003, p. 248).

Renato Luís Benucci lembra que a tutela das obrigações de fazer e não fazer no Código de Processo Civil vigente, por motivos históricos e

ideológicos, apresentou-se destituída, na maior parte das situações, de meios adequados para obtenção da tutela jurisdicional específica, vez que não sendo dotada de meios coercitivos eficientes, o inadimplemento resolvia-se em perdas e danos (2001, p. 70).

É inegável que existem circunstâncias que a lesão decorrente do não cumprimento da obrigação específica de fazer e de não fazer é incalculável. Por esse motivo, as legislações modernas adotaram as astreintes, que se revelam como uma coerção idônea capaz de surtir um efeito de pressão cogente na vontade do devedor, como a multa diária que se protraí no tempo até o cumprimento da decisão.

As astreintes, como alternativa preconizada pelo sistema processual, consiste em uma sanção pecuniária que o juiz impõe ao devedor recalcitrante a fim de compeli-lo a cumprir pontualmente as suas decisões (PORTO, 1969, p. 29). Tais medidas não são de execução própria, mas sim de execução indireta, consubstanciando-se em pura pressão psicológica, com caráter condicional e inibitório, para que o devedor desista de seu intento de descumprir a obrigação.

Com o surgimento do instituto processual da tutela específica para obrigações de fazer e de não fazer, mormente a possibilidade de sua antecipação, a regra de conversão da obrigação em perdas e danos, largamente utilizada, passou a constituir-se em exceção, sendo adotada apenas em casos em que há pedido expresso do autor da demanda ou de completa impossibilidade material da execução específica, uma vez que, atualmente, o magistrado dispõe de várias medidas para viabilizar a tutela específica.

A Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, ao instituir o Código de Defesa do Consumidor, inovou quando dispôs, em seus artigos 83 e 84, acerca da tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer, inclusive sob a possibilidade de sua concessão liminar, regime este diverso do que vinha regulado no Código Civil.

Quando do movimento da reforma do Código de Processo Civil, a Lei n. 8.952, de 13 de dezembro de 1994, deu nova estampa ao art. 461 do CPC, extraindo-se de sua redação que a alteração foi seguramente inspirada no tratamento da tutela específica disposto no CDC.

Assim dispõe o art. 461 e §§ do CPC,

Art. 461. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

§ 1º. A obrigação somente se converterá em perdas e danos

se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

§ 2º. A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa.

§ 3º. Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada.

§ 4º. O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial.

§ 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

Verifica-se que o disposto no art. 461 do CPC dirige-se às obrigações de fazer e não fazer, fungíveis e infungíveis, cabendo ressaltar que o citado dispositivo não se aplica às obrigações de declaração de vontade, cuja regra continua sendo do art. 639 do Código de Processo Civil.

Marcelo Lima Guerra pondera que a concretização da tutela típica das obrigações, especialmente com relação às obrigações de fazer e de não fazer, apresentava evidentes insuficiências para obtenção da tutela específica, em face da incrível rapidez com que se transformavam as relações sociais (GUERRA, 1998, p. 58-60).

Nota-se, claramente, que ocorreu sistemática alteração no direito brasileiro em relação a perdas e danos. Para Nelson Nery Júnior e Rosa Maria Andrade Nery, a regra do direito privado brasileiro – civil, comercial e do consumidor – quanto ao descumprimento da obrigação de fazer e não fazer é a

da execução específica, sendo exceção a resolução por perdas e danos (NERY JR.; NERY, 1999, p. 830). Trata-se de regra mista, de direito material e de direito processual, inserida no CPC.

Sistematizando o preceito contido no art. 461 e parágrafos do CPC, percebe-se que o mesmo abarca variadas hipóteses (tutela específica, antecipação de tutela, multa cominatória, perdas e danos...) e consubstancia diversas “medidas de apoio” colocadas, como já frisado, à disposição do juiz para fazer valer a efetividade da medida.

Em se tratando de efetivação da tutela das obrigações de fazer e não fazer em face da Fazenda Pública, as dificuldades são ainda maiores. No Brasil, tradicionalmente, deparamo-nos com a dificuldade de cumprimento de ordens judiciais por parte da administração pública, em especial no que tange às obrigações de fazer e não fazer em que estão envolvidos direitos de servidores públicos.

São muitos os conflitos envolvendo a Fazenda Pública que constituem obrigações de fazer e não fazer. Em que pese a previsão do mandado de segurança, precursor da tutela específica, não se pode esquecer que as regras traçadas na Lei n. 1.533/51 condicionam a segurança da medida a alguns requisitos que devem ser demonstrados de plano, como, a prova pré-constituída, além dos conhecidos problemas em relação ao cumprimento de sua decisão, evidentemente podendo ser utilizada a via ordinária neste sentido, uma vez que poderá ser requerida a antecipação da tutela.

Ocorre que são muitos os casos de descumprimento impune de decisões judiciais pela Fazenda Pública, causando uma verdadeira “crise institucional”. A postura do Executivo em descumprir decisões judiciais gera sérios efeitos, dentre os quais um grave descrédito para instituições permanentes da sociedade como o próprio Poder Judiciário, repercutindo de forma negativa nos princípios constitucionais da inafastabilidade do controle jurisdicional e da segurança jurídica.

É cediço que existem limites inerentes ao próprio regime de direito público em relação à aplicação de “medidas de força” contra a Fazenda Pública, como a impenhorabilidade de bens, porém há de se encontrar um ponto comum, para que o processo em face do Estado possa surtir resultados práticos.

Flávio Luiz Yarshell adverte que

É preciso uma tentativa de equilíbrio em que a Fazenda Pública não seja simplesmente descumpridora de ordens judiciais. Porque, vista a questão do ângulo dos ‘consumidores’ da justiça, é preciso que tenhamos uma visão muito mais sistemática de que, quando a ordem do

juiz é descumprida – seja quem for –, o desprestígio é substancialmente do Estado e de todos nós. Não é à toa que crise de autoridade acaba desaguando naquilo que o Estado não quer, que é a justiça pelas próprias mãos (2000, p. 214).

Na tentativa de solução da problemática da eficácia da tutela específica nas obrigações de fazer e não fazer em face da Fazenda Pública, levanta a doutrina à viabilidade da multa cominatória em caso de descumprimento da decisão.

Várias são as restrições doutrinárias à possibilidade da aplicação de multa ao descumprimento da decisão judicial, como o posicionamento de Antônio Carlos Villen, que entende que a utilização do meio coercitivo da multa contra a Fazenda Pública é inócuo, não surtindo eficácia prática, uma vez que a sanção pecuniária não atingiria, em princípio, o patrimônio do administrador, mas sim o patrimônio público (VILLEN, 1988, p. 155).

Vicente Greco Filho coaduna deste entendimento ao dizer que a multa contra a Fazenda Pública não deveria ser utilizada, porque ineficaz, uma vez que não traz, em relação a essa, pressão psicológica alguma (GRECO FILHO, 2000). Não haveria qualquer pressão ou intimidação da parte, ente fictício que é, em especial porque esses valores, se devidos, vão ser pagos, *a posteriori*, pela via do precatório judicial.

Argumenta a doutrina que quem estaria, no final das contas, pagando pelo valor da multa, seria a própria coletividade. Dessa forma, a multa contra a Fazenda Pública seria algo em vão, acabando por onerar o erário público em prejuízo de toda população.

Juvêncio Vasconcelos Viana discorda desse entendimento, aduzindo que a possibilidade de meios coercitivos contra a Administração vem em reforço dos princípios relacionados com o Estado Democrático de Direito, como legalidade, isonomia e moralidade (VIANA, 2003, p. 267).

Assim, surgem variados entendimentos doutrinários acerca da aplicação da multa diária em face da Pessoa Jurídica de Direito Público, vinculada à possibilidade de sua aplicação consubstanciada no princípio da legalidade, independentemente de surtir ou não efeito prático, uma vez que não existe motivo para tratamento privilegiado nesse caso.

Juvêncio Vasconcelos Viana sugere aplicação da regra da própria responsabilidade civil do ente público, pelo qual a pessoa jurídica administrativa responde, primeiramente, de forma objetiva, e seu agente, que praticou o ato de descumprimento da ordem judicial, responderá, subsidiariamente, se houver concorrido com dolo ou culpa (VIANA, 2003, p. 267).

Leonardo Greco sugere, *de lege ferenda*, que tais multas recaíssem, a exemplo do que ocorre em outros países, diretamente sobre o servidor responsável pelo não cumprimento da ordem (GRECO, 2000, p. 17).

Marcelo de Lima Guerra defende a aplicação da multa diária “contra o agente administrativo responsável pelo cumprimento da obrigação a ser satisfeita *in executivis*”. Para o autor, tal providência não encontra óbice no poder jurisdicional por ser desprovido em face de terceiros, já que é o ente público que é parte no processo (GUERRA, 2000, p. 21).

Segundo Renato Luís Benucci, embora o poder jurisdicional esteja limitado a proferir decisões finais apenas entre as partes do processo, não está impedido de emitir comandos destinados a remover obstáculos à efetividade destas decisões finais, como a ação ou omissão de terceiros (BENUCCI, 2001, p. 73).

Leonardo Greco, embora sugira, como solução a ser introduzida no ordenamento processual brasileiro, a aplicação da multa diretamente ao agente público que descumpra a determinação judicial, adverte que

a partir da reforma de 1994, a multa pecuniária passou a constituir meio coativo, aplicável tanto às obrigações de fazer fungíveis, quanto às infungíveis (art. 461, § 4º).

Isso significa que mesmo nas prestações que podem ser cumpridas por terceiro, como são todos os atos dos agentes públicos, pode o juiz na decisão que impuser a prestação, como a liminar no mandado de segurança, ou na execução, de ofício ou a requerimento da parte, fixar a multa pecuniária diária, incidente sobre o sujeito passivo da obrigação, e incidente a partir da data do vencimento do prazo fixado para o cumprimento.

Ocorre que, no mandado de segurança, a autoridade impetrada não é o sujeito passivo da obrigação, mas apenas o agente, o órgão do sujeito passivo que é a pessoa jurídica de direito público. À falta de previsão expressa em lei, não pode o funcionário ser penalizado com a multa, que somente pode ser imposta à própria pessoa jurídica de direito público e cuja execução dependerá da observância das regras do artigo 100 da Constituição (2005, p. 162-3).

Impende analisar, ainda que sucintamente e para complementar o presente estudo, a aplicação das medidas sub-rogatórias a que alude o § 5º do art. 461 do Código de Processo Civil contra a Fazenda Pública.

Há de se admitir, com fincas nos §§ 4º e 5º do art. 461 do CPC, que, em razão de obstinada e injustificada resistência dos agentes do Poder Público em cumprir comandos judiciais, que se utilizam inclusive de meios ilegítimos para impedir a efetivação dos comandos jurisdicionais, será possível aplicação pelo juiz, em face da Fazenda Pública, de quaisquer medidas necessárias para obtenção do resultado prático equivalente.

Flávio Luiz Yaeshell sustenta que

Se tecnicamente não é possível a execução forçada, isso não significa dizer que toda evolução da doutrina no sentido da execução específica como primazia, como regra do sistema, não possa vigorar também contra a Fazenda Pública [...] Multa diária e outras medidas de apoio que sejam possíveis para atingimento do bem jurídico perseguido pelo autor da ação – mesmo que por intermédio da tutela penal – podem e devem ser acalentadas, podem e devem ser estimuladas para a obtenção da tutela específica (YARSHELL, 2000, p. 220-1).¹⁹

Para Renato Luís Benucci,

as medidas previstas no art. 461, §§ 4º e 5º do CPC (busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obras, impedimento de atividade nociva, requisição de força policial) são meramente exemplificativas, uma vez que pelo texto legal do § 5º do art. 461 do CPC tais medidas são enunciadas antecedidas da expressão “tais como”, que expressam autêntica norma de encerramento, possibilitando a adoção, pelo juízo, de outras medidas necessárias para aplacar qualquer resistência, inclusive medidas interventivas, para obtenção da tutela específica (2001, p. 74).

Cândido Rangel Dinamarco admite a intervenção judicial através da nomeação de um administrador judicial no órgão administrativo recalcitrante, com o fim específico de cumprir ordem judicial, dispondo que é medida que não pode ser descartada para cumprimento dos comandos jurisdicionais (1995, p. 319).

Leonardo Greco comunga do mesmo entendimento, dispondo que

a realização prática do direito do credor à prestação constante no título justifica o uso de qualquer meio executório, ainda que não previsto expressamente em lei, para assegurar a efetiva tutela jurisdicional do direito do credor. Nessa variabilidade e atipicidade dos meios sub-rogatórios não se pode vislumbrar violação ao princípio da legalidade, porque encontram fundamento no direito do credor, constitucionalmente assegurado, à tutela jurisdicional efetiva. Entre esses meios sub-rogatórios se encontra a realização da obra por terceiros, prevista nos artigos 634 a 637 do CPC e a nomeação de um comissário *ad-hoc*, como hoje se usa no Direito italiano e no Direito norte-americano (GRECO, 2005, p. 162).²²

Um argumento apontado por parte da doutrina em relação à não aceitação da “execução forçada” em face da Fazenda Pública se dá na interferência da independência e harmonia dos Poderes estatuída, expressamente, na Constituição Federal de 1988.

Juvêncio Vasconcelos Viana sustenta que tais medidas estariam a violar óbices típicos de nosso sistema, como a garantia da impenhorabilidade dos bens públicos, além de estar se criando caminhos abreviados e ilegítimos de intervenção no Poder Executivo, fora da moldura e do procedimento traçado na Lei maior, para tanto (1998, p. 271).

Em que pese não admitir expressamente o uso de medidas de apoio em face da Fazenda Pública, Luiz Guilherme Marinoni afirma que essa pode ser destinatária da tutela inibitória do art. 461 do CPC, e que tal possibilidade não acarreta violação do princípio da separação dos poderes, frisando que:

Ora, se é fundamental a concreta realização do conteúdo das normas que estabelecem incumbências a Administração, é imprescindível admitir uma forma de tutela jurisdicional capaz de impor um comportamento ou uma conduta ao Poder Público, na hipótese de omissão reprovável. Dessa forma, como é absolutamente óbvio, não se atenta contra o princípio da separação dos poderes, pois o judiciário está apenas fazendo cumprir a lei (2000, p. 119).

Finalmente, sugere a doutrina outro mecanismo a ser introduzido no ordenamento jurídico brasileiro, em caso de descumprimento da ordem do

juízo, como sendo a previsão de sanção penal específica para o servidor público que desatenda à determinação, aplicável pelo próprio juiz que teve sua decisão desrespeitada.

Não obstante o crime pelo descumprimento da ordem judicial já estar previsto e tipificado no Código Penal, sugere a doutrina que se crie um modelo de maior eficácia, com possibilidade de aplicação de sanção penal pelo próprio juiz da causa, com adoção de um mecanismo semelhante ao direito anglo-saxão.

Lembra Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva que, como não cabe a aplicação de sanção penal pelo juízo civil que concede a antecipação da tutela, o não cumprimento da determinação judicial antecipatória implicará, apenas, a comunicação do fato ao Ministério Público que, se entender existente o crime, realizará a denúncia no juízo penal, em outro processo, o que esvanece a eficácia da sanção penal (MENDES DA SILVA, 1994, p. 169).

Leonardo Greco entende que “de *lege ferenda*, a criação de uma prisão processual como meio coativo, defendida por alguns, e existente em certos sistemas processuais, como o anglo-americano e o alemão, constituiria um retrocesso humanitário, que é preciso repelir” (GRECO, 2005, p. 173).

Concluindo as breves considerações acerca da temática da tutela específica, resta cediço que o art. 461 do CPC, embora preveja de forma expressa apenas os meios coativos para as obrigações de fazer e não fazer e considerando que a obrigação de dar pressupõe, muitas vezes, um fazer, torna razoável a utilização da sistemática do citado dispositivo processual sempre que o cumprimento de uma ordem judicial de entrega de coisa, por parte da Fazenda Pública, pressuponha uma atividade de fazer.

Referências

BENUCCI, Renato Luís. **Antecipação da tutela em face da Fazenda Pública**. São Paulo: Dialética, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Execução de liminar em mandado de segurança. Desobediência. Meios de efetivação da liminar (parecer). **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, n. 200, 1995, p. 309-325.

GRECO FILHO, Vicente. **Execução contra a Fazenda Pública**. Palestra proferida no curso realizado no Conselho da Justiça Federal – Centro de Estudos Jurídicos, Brasília, 22 de novembro de 2000.

GRECO, Leonardo. Execução de liminar em sede de mandado de segurança. In: **Estudos de Direito Processual Civil**. Campos dos Goytacases: Editora Faculdade de Direito de Campos, 2005.

_____. O Parcelamento dos precatórios. **Informativo IASP**, set. 2000.

GRINOVER, Ada Pellegrini. Tutela jurisdicional nas obrigações de fazer e não fazer. **Revista da Ajuris**, Porto Alegre, v. 65, 1995, p. 14.

GUERRA, Marcelo Lima. **Execução indireta**. São Paulo: RT, 1998.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Tutela específica**. São Paulo: RT, 2000.

MENDES DA SILVA, Ricardo Perlingeiro. **Execução contra a Fazenda Pública**. São Paulo: Forense, 1994.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. A tutela específica do credor nas obrigações negativas. In: **Temas de Direito Processual – segunda série**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código de Processo Civil comentado**, 4. ed. São Paulo: RT, 1999.

PORTO, Moacyr Mário. Astreintes. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 57, n. 394, ago. 1968, p. 29-33.

VIANA, Juvêncio Vasconcelos. **Execução contra a Fazenda Pública**. São Paulo: Dialética, 1998.

VILLEN, Antônio Carlos. Ação de preceito cominatório e Fazenda Pública. **Revista de Direito Público**, São Paulo, Revista dos Tribunais, v. 86, abr.-jun. 1988.

YARSHELL, Flávio Luiz. A execução e a efetividade do processo em relação à Fazenda Pública. In: BUENO, Cássio Scarpinella; SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito processual público: a Fazenda Pública em juízo**. São Paulo: Malheiros, 2000.